

24 de agosto de 2021

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



**SERVIÇO GEOLÓGICO
DO BRASIL - CPRM**

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL: 52 ANOS IMPULSIONANDO A MINERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais foi criada em 1969, assumindo em 1994 a função de Serviço Geológico do Brasil. Completando 52 anos neste 15 de agosto, a empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME) vem, há mais de meio século, desenvolvendo pesquisas que impulsionam o setor mineral no Brasil.

No âmbito do Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD), [instituído em 2020 pelo MME](#), o SGB-CPRM é contemplado no tema Ampliar o Conhecimento Geológico, que elenca 15 metas. A instituição vem fazendo um trabalho árduo para cumprir a primeira delas, de ampliar a realização de levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos. No ano passado, mesmo durante a pandemia de Covid-19, a Diretoria de Geologia e Mineração (DGM) publicou 40 mapas geológicos nas escalas 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000, e ainda 23 mapas geológico-geofísicos na escala 1:100.000, todos resultantes de levantamentos realizados em anos anteriores em 12 projetos distintos.

“Entre todos os fatores para a atratividade, o conhecimento geológico é que nos coloca em posição mais favorável”, considera o diretor-presidente do SGB-CPRM Esteves Colnago. “É nossa responsabilidade como serviço geológico a principal medida de estímulo ao setor”, afirma.

O SGB-CPRM simboliza a instituição de maior relevância na execução de levantamentos geológicos, contemplando a meta do PMD de estimular a prospecção e a pesquisa geológica de [bens minerais considerados prioritários](#) para o país. Em 2020, o Serviço Geológico do Brasil lançou, na convenção anual do Prospectors and Developers Association of Canada, o [Catálogo com Mapas de Prospectividade](#) para atrair novos investimentos em pesquisa mineral no país. O material apresenta todos os mapas de favorabilidade já publicados pela empresa, além de mapas inéditos. As áreas identificadas estão em Carajás (cobre e ouro), Gurupi (ouro), Juma (ouro), Tapajós (ouro), Nova Brasilândia (zinco, chumbo e cobre), Ipitinga (ouro, ferro e cobre), noroeste do Ceará (ouro e cobre) e oeste de Goiás (ouro e cobre).

Lília Mascarenhas, secretária de Geologia e Transformação Mineral do MME, lembra que o programa de Investigações Geológicas, em curso no SGB-CPRM, vai aperfeiçoar a escala do mapeamento geológico em províncias minerais como Carajás, o Quadrilátero Ferrífero e o norte de Mato Grosso. “Essa atuação faz parte da política mineral do país, que tem compromisso com a sustentabilidade e a pesquisa geológica, base de qualquer atividade mineral”, diz a secretária.

Não seria possível produzir o conhecimento geológico do território brasileiro sem a atuação conjunta do Ministério de Minas e Energia. “Temos concentrado esforços nos minerais críticos para os setores de alta tecnologia e para a transição energética, como lítio, nióbio, terras raras, grafite e urânio, entre outros”, afirma o ministro Bento Albuquerque.

Aprofundar o conhecimento geológico das bacias sedimentares brasileiras é mais uma meta do PMD. Diante disso, o SGB-CPRM, em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), [lançou um site](#) com base de dados online sobre 23 bacias sedimentares terrestres brasileiras. O portal disponibiliza de maneira simples e gratuita mais de 2TB de informações. Segundo o diretor-presidente do SGB-CPRM, Esteves Colnago, a iniciativa poderá estimular os processos de pesquisa, produção e exploração de petróleo e gás natural.

O Plano de Oferta Hídrica no Semiárido Brasileiro, projeto do SGB-CPRM, contempla a meta do PMD de contribuir para o aumento da oferta hídrica no semiárido do Nordeste. O plano é baseado no proveito de recursos,

já que no Nordeste, como em toda região semiárida do mundo, a água subterrânea é o reservatório mais importante. Foram criadas [cinco macro diretrizes de intervenção](#) .

Essas e outras ações desenvolvidas pela Diretoria de Geologia e Recursos Minerais são detalhadas no Catálogo da DGM, [publicado em maio de 2021](#) pelo Serviço Geológico do Brasil. Mas a história de trabalho da instituição em prol do desenvolvimento do país remonta à década de 1970, quando o SGB-CPRM descobriu a jazida de Caulim no estado do Pará -atualmente o Brasil é o principal produtor mundial do minério, principal matéria-prima da indústria de plástico, papel e pintura- e de Fosfato, em Minas Gerais. Na década seguinte, foram descobertas mais 6 jazidas Brasil afora. Os estudos e descobertas nunca pararam, e recentemente, o SGB-CPRM publicou o [Modelo Prospectivo para Ametista e Ágata na Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul](#) , coordenado pelo Departamento de Recursos Minerais (DEREM).

Márcio Remédio, diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil, afirma que nos próximos dois anos o órgão vai seguir trabalhando em várias frentes associadas a mapeamento geológico, geofísica e geoquímica. “O foco é a avaliação e o modelamento de potencial e mineral nas principais províncias, como Carajás e Quadrilátero Ferrífero, além de novas fronteiras exploratórias como as bacias do Paraná e do São Francisco”, projeta.

Fonte: CPRM

Data: 19/08/2021



CÂMARA BRASIL-ALEMANHA DE SÃO PAULO LANÇA 3ª EDIÇÃO DO GUIA DE FORNECEDORES DE MINERAÇÃO

A publicação é uma importante ferramenta de consulta para gerentes de compras das empresas mineradoras e empresas do setor de engenharia que desenvolvem projetos na modalidade “*Engineering, Procurement and Construction*”. O Guia de Fornecedores de Mineração apresenta uma lista atualizada de fornecedores e produtos da cadeia de valor de Mineração e da Metalurgia, além de artigos e matérias sobre tendências do setor.

Seguindo a pauta da [6ª Conferência Brasil-Alemanha de Mineração e Recursos Minerais](#), realizada nos dias 18 e 19 de agosto em formato digital, a publicação também teve a sustentabilidade como um dos seus temas centrais.

Entrevistas com especialistas do setor e artigos de autores convidados discutem alguns dos temas mais relevantes no cenário de mineração, entre eles o *boom* do minério de ferro, a redução da emissão de CO2 nas atividades do setor, os desafios para integrar condutas ambientais e sociais na tomada de decisões e como traçar o fechamento de uma mina de forma estratégica sob o contexto socioambiental brasileiro.

O lançamento oficial do Guia de Fornecedores de Mineração encerrou o primeiro dia da Conferência e foi feito por Pedro Lopes, Head do Centro de Competência de Mineração e Recursos Minerais Brasil-Alemanha; e Alessandro Colucci, Diretor de Internacionalização de Empresas e Desenvolvimento de Negócios da Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo.

“Além da matriz de fornecedores, que é extremamente útil para os atores envolvidos na cadeia de valor de Mineração e da Metalurgia, a edição deste ano traz artigos exclusivos de especialistas como Andrea Jünemann, Subsecretaria da Unidade de Política Internacional de Recursos Minerais do Ministério Federal de Economia e Energia da Alemanha (*BMWi*); Dr.-Ing. James Varela, Fundador da empresa Varela *International Engineering*; Gláucia Cuchierato, Diretora da GeoAnsata Projetos e Serviços em Geologia, e o geólogo sênior José Ricardo Thibes Pisani. É um material muito rico de informação e consulta”, destacou Lopes.

A nova edição já está disponível gratuitamente no site da Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo: [Clique aqui para fazer o download](#)

Fonte: IBRAM

Data: 24/08/2021

MONEYTIMES

MINÉRIO DE FERRO FECHA EM ALTA DE 6,2% NESTA TERÇA-FEIRA EM DALIAN

Os contratos futuros do **carvão** metalúrgico e do coque negociados em Dalian atingiram máximas recordes nesta terça-feira, ampliando um forte rali alimentado por preocupações com a oferta das matérias-primas siderúrgicas na **China**, maior produtora de aço do mundo.

O contrato mais negociado do carvão coque na bolsa de **commodities** de Dalian fechou em alta de 5,8%, a 2.465 yuanes (380,50 dólares) por tonelada, depois de atingir um recorde histórico de 2.571 yuanes.

Já o coque avançou 6,5%, para 3.150 yuanes por tonelada, após tocar uma máxima de 3.267,50 yuanes.

As perspectivas de um aperto prolongado nas ofertas de carvão coque na China deram suporte aos preços, elevando também o custo do coque, a forma processada do carvão metalúrgico. “Algumas **empresas** de coque já enfrentaram perdas e restringiram a produção de forma ativa”, disseram analistas da Sinosteel Futures em nota.

Os futuros do minério de ferro se recuperaram, com os preços da commodity negociada em Dalian estendendo ganhos registrados no “overnight”, à medida que um alívio em temores relacionados ao surto de **Covid-19** na China ajudou a acalmar os nervos no mercado após vários dias de liquidação por preocupações com a demanda.

O contrato mais negociado do **minério de ferro** em Dalian, para entrega em janeiro de 2022, saltou 6,2%, a 817,50 yuanes por tonelada, recuperando-se de uma mínima de sete meses e meio registrada na sexta-feira.

Na bolsa de **Cingapura**, o contrato mais ativo do minério de ferro avançava 8,2%, a 146,90 dólares/tonelada.

Fonte: Money Times

Data: 24/08/2021



COSAN ANUNCIA INGRESSO NO RAMO DE MINERAÇÃO; ANALISTAS DO BBA DESTACAM TRÊS PILARES ESTRATÉGICOS DA COMPANHIA NA OPERAÇÃO

Companhia vai para uma indústria diferente, ainda que com uma estratégia similar a já usada, apontam os analistas

A Cosan (CSAN3) anunciou na segunda-feira que iniciará uma nova estratégia de investimentos, com nova estrutura de investimentos, incluindo a compra do TUP Porto São Luís e a criação de uma futura joint venture no ramo de mineração. A companhia entra assim no segmento de mineração e logística.

A controlada do grupo Atlântico Participações assinou, com a São Luís Port Company SARL, do grupo China Communications Construction Company Limited (CCCC) e com outros acionistas minoritários detentores de 49%, uma proposta vinculante para aquisição de 100% do TUP Porto São Luis, empresa detentora de um terminal de uso privado localizado em São Luis (MA), pelo valor de R\$ 720 milhões.

Além disso, também por meio da Atlântico, a Cosan assinou um memorando de entendimentos vinculante (MoU) com uma sociedade do Grupo Paulo Brito, fundador e controlador da Aura Minerals (AURA33), para a formação de uma joint venture para a exploração de minério de ferro, que deverá ser escoado pelo Porto, com o nome JV Mineração.

“Este MoU prevê que a Atlântico deterá 37% do capital total e controle compartilhado da nova companhia combinada, ou seja, 50% das ações ordinárias, da nova companhia combinada, após o aporte do Porto e de caixa, a depender de chamadas de capital pela administração da companhia, afirma a empresa.

Segundo o fato relevante, a Cosan ingressa com um parceiro estratégico em um novo ramo de negócios, contribuindo com sua expertise logística portuária e de gestão. “A JV Mineração será uma empresa integrada de mineração e logística, que possuirá, além do Porto, direitos de exploração de ativos minerários em 3 projetos minerais localizados no Estado do Pará, com potencial importante de reservas de minério de ferro, a serem escoados pelo Porto”, aponta.

Com início de operação previsto para 2025, o primeiro projeto mineral a ser explorado pela JV Mineração está localizado próximo a Paraúpebas (PA), na região de Carajás, conectado ao Porto pela estrada férrea de Carajás. “A exploração seguirá os mais altos padrões ambientais e de segurança, alinhados à estratégia de alocação sustentável de capital, suportada pelos princípios EESG do grupo Cosan”, afirma a empresa.

A nova companhia terá Juarez Saliba de Avelar como CEO, executivo com experiência no segmento de Mineração, tendo passado por posições de liderança em companhias como a Vale e CSN, entre outras. Além disso, Julio Fontana, com experiência em logística ferroviária e portuária, será conselheiro e consultor sênior da JV Mineração.

A Levante Ideias de Investimentos ressalta que a iniciativa traz ainda sinergias interessantes à operação da companhia, principalmente por envolver um terminal logístico que proporcionará interação com as operações da Rumo (RAIL3).

A Cosan realizou durante a manhã uma teleconferência com o mercado para dar mais detalhes sobre a transação.

Antes da tele, o Itaú BBA ressaltou que a companhia vai para uma indústria diferente, ainda que com uma estratégia similar a já usada e destacou três dos principais pilares da Cosan [na operação]”, que estão listados a seguir:

1. Grandes ativos. O terminal portuário é estratégico com acesso ferroviário barato. O primeiro ponto é que o terminal de São Luís tem alto valor estratégico devido ao seu acesso direto à Estrada de Ferro Carajás (EFC). Os

analistas lembram que a logística é um componente essencial de um projeto de mineração. Além disso, a Vale (VALE3) renovou recentemente a concessão ferroviária, incluindo novas cláusulas competitivas relativas ao direito de acesso: os analistas estimam um custo de R\$ 18,64 a tonelada (ou US\$ 3,40 por tonelada) referente às tarifas de direito de passagem para o trecho de 900 km de Carajás a São Luis.

2. Combinando capacidades. A Cosan é notória por combinar contratos de oferta e demanda dentro de seu negócio e, ao contrário do projeto que está sendo realizado pelos proprietários anteriores, o terminal provavelmente terá um contrato garantido (take-or-pay) que não apenas ajudará na viabilidade do projeto, mas também deve desempenhar um papel fundamental na obtenção de financiamento para o projeto (que teria sido um problema para os proprietários anteriores).

3. Parceiros experientes e foco na gestão. O projeto, que contempla a exploração do minério de ferro de três projetos minerais no estado do Pará, será uma joint venture com o Grupo Paulo Brito, já destacado acima como fundador e acionista controlador da Aura Minerals. Em relação à gestão da empresa, Juarez Saliba de Avelar – executivo com experiência anterior no segmento de mineração (Vale e CSN) – será nomeado CEO da nova companhia; Julio Fontana, ex executivo da Rumo, ingressará na empresa como membro do conselho e consultor sênior.

No momento, ressaltam os analistas do BBA, é difícil avaliar se o projeto será positivo ou não. “Neste ponto, não está claro quanto mais a JV teria de investir para concluir o projeto, ou se o design original será mantido. Soma-se a isso a complexidade do projeto – inclusive o uso do solo, citada em reportagem recente do Valor como o motivo do atraso do projeto – que pode ou não ter sido solucionado”, avaliam.

Antes da tele, os analistas ainda tinham uma opinião neutra sobre as notícias. Mas ressaltaram o excelente histórico da Cosan para alocação de capital. “Embora não possamos calcular o potencial de alta, nosso caso básico é que não seria destrutivo para o valor”. Os analistas do BBA possuem recomendação outperform (desempenho acima da média para a ação), com preço-alvo de R\$ 30 por ativo CSAN3.

Detalhes da teleconferência

Avelar, apontado como o CEO da JV Mineração, destacou em teleconferência durante a manhã desta terça-feira que a joint venture em mineração integrada pela Cosan deve começar a produzir no Pará em 2025 com uma capacidade de 10 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano, que deverá ser expandida considerando os grandes recursos minerários na região de Carajás, onde a gigante Vale já atua.

O TUP Porto São Luís S.A, que viabilizou a formação da JV Mineração e está incluído no empreendimento, uma vez que permitirá o escoamento da produção de minério de ferro, poderá exportar mais de 50 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano no futuro, disse Avelar.

Segundo ele, o objetivo da nova empresa será atender o mercado de minério de ferro com um produto de maior valor agregado, com teor de ferro acima de 67%.

Ele disse ainda que o projeto é viabilizado até mesmo se o preço do minério de ferro cair para US\$ 60 a tonelada. Atualmente a commodity vale cerca de US\$ 150 por tonelada na China. Segundo o CEO, os recursos minerais do projeto no Pará, considerando sondagens já feitas, somam de 2 bilhões a 3 bilhões de toneladas.

Fonte: InfoMoney

Autora: Lara Rizério

Data: 24/08/2021



MINÉRIO DE FERRO CAI POR AVANÇO DE OFERTA E CONTROLE DE PRODUÇÃO DE AÇO NA CHINA

Dependendo do parâmetro utilizado para o ingrediente siderúrgico, o preço caiu entre 32,1% e 44% desde a máxima histórica de 12 de maio deste ano

O rápido recuo do minério de ferro nas últimas semanas, mostra mais uma vez que as retrações de preços podem ser tão desordenadas quanto as exuberantes altas, antes que os fundamentos de oferta e demanda se reafirmem.

Dependendo do parâmetro utilizado para o ingrediente siderúrgico, o preço caiu entre 32,1% e 44% desde a máxima histórica de 12 de maio deste ano.

O aumento para o recorde teve impulsionadores fundamentais, como restrições de oferta nos principais exportadores Austrália e Brasil e a forte demanda da China, que compra cerca de 70% do minério de ferro transoceânico global.

Mas um salto de 51% no preço à vista do minério de ferro para entrega ao norte da China, conforme avaliado pela agência Argus, em apenas sete semanas –de 23 de março para uma máxima recorde de US\$ 235,55 a tonelada em 12 de maio–, foi além do que os fundamentos do mercado justificavam.

A velocidade da queda subsequente de 44% para uma mínima recente de US\$ 131,80 a tonelada no preço à vista também provavelmente não é justificada pelos fundamentos, mesmo que a tendência de preços mais baixos seja inteiramente razoável.

O fornecimento da Austrália tem se mantido estável à medida que o impacto de interrupções climáticas anteriores diminuiu, enquanto os embarques do Brasil estão começando a aumentar conforme a produção do país se recupera dos efeitos da pandemia de coronavírus.

A Austrália está a caminho de embarcar 74,04 milhões de toneladas em agosto, de acordo com dados dos analistas de commodities Kpler, acima dos 72,48 milhões de julho, mas abaixo da máxima em seis meses de 78,53 milhões em junho.

O Brasil tem previsão de exportar 30,70 milhões de toneladas em agosto, ante 30,43 milhões em julho e em linha com as 30,72 milhões de junho, de acordo com a Kpler.

É importante notar que as exportações do Brasil se recuperaram do início deste ano, quando ficaram abaixo de 30 milhões de toneladas por mês de janeiro a maio.

O quadro de melhoria da oferta está se refletindo nos números de importação da China, com Kpler esperando 113,94 milhões de toneladas para chegar ao país em agosto, o que seria um recorde, superando os 112,65 milhões relatados pela alfândega da China em julho do ano passado.

A Refinitiv está ainda mais otimista com as importações da China em agosto, estimando que 115,98 milhões de toneladas chegarão no mês, um aumento de 31% em relação à cifra oficial de 88,51 milhões de julho.

Os números compilados por consultores como Kpler e Refinitiv não se alinham exatamente com os dados alfandegários, dadas as diferenças de quando as cargas são avaliadas como tendo sido descarregadas e desembarçadas pela alfândega, mas as disparidades tendem a ser pequenas.

Disciplina de aço

O outro lado da moeda para o minério de ferro é a produção de aço da China, e aqui parece claro que a instrução de Pequim de que a produção para 2021 não deve ultrapassar o recorde de 1,065 bilhão de toneladas de 2020 está finalmente sendo atendida.

A produção de aço bruto de julho caiu para o menor nível desde abril de 2020, chegando a 86,79 milhões de toneladas, queda de 7,6% em relação a junho.

A produção média diária em julho foi de 2,8 milhões de toneladas, e é provável que tenha diminuído ainda mais em agosto, com a agência de notícias oficial Xinhua relatando em 16 de agosto que a produção diária no “início de agosto” era de apenas 2,04 milhões de toneladas por dia.

Outro fator digno de nota é que os estoques de minério de ferro da China nos portos voltaram a subir na semana passada, atingindo 128,8 milhões de toneladas nos sete dias até 20 de agosto.

Eles estão agora 11,6 milhões de toneladas acima do nível da mesma semana de 2020, e acima da mínima de 124 milhões na semana até 25 de junho.

Um nível mais confortável de estoques, e a probabilidade de que eles aumentem ainda mais devido à previsão de importações abundantes de agosto, é outro motivo para os preços do minério de ferro recuarem.

No geral, as duas condições necessárias para uma retração no minério de ferro foram atendidas, ou seja, o aumento da oferta e a disciplina na produção de aço na China.

Se esses dois fatores continuarem, é provável que os preços sofram mais pressão, especialmente porque no fechamento de US\$ 140,55 a tonelada em 20 de agosto, eles permanecem acima da faixa de preço de cerca de US\$ 40 a US\$ 140 que prevaleceu de agosto de 2013 a novembro do ano passado.

Fonte: CNN Brasil

Data: 23/08/2021



ANM ARRECADOU R\$ 237 MI COM LEILÕES DE ÁREAS NO PAÍS

Agência já fez quatro rodadas de negócios em que foram ofertados mais de 10 mil projetos minerários

A Agência Nacional de Mineração (ANM) abriu o quarto leilão para áreas de disponibilidade. Até agora, a agência arrecadou R\$ 237 milhões em 10.288 áreas ofertadas nas três primeiras rodadas do projeto, que começou em setembro de 2020. A agência está colocando no mercado um estoque com 56 mil unidades que estavam represadas há décadas, algumas delas desde 1972.

A diretora da ANM, Débora Tuci, disse que a ideia é equacionar esse estoque de áreas em, no máximo, dois anos. “Queremos fazer disso uma rotina de trabalho. A meta é, depois de finalizar esse estoque, fazer de duas a três rodadas de disponibilidade por ano”, afirmou a diretora.

A quarta rodada está em aberto e em sua primeira fase. Estão sendo ofertadas 1.641 áreas somente para pesquisa, envolvendo os mais variados tipos de substâncias minerais em todos os Estados, com exceção de Roraima.

“A quinta rodada deve ser anunciada ainda este mês. Estamos avaliando quais áreas devem ser disponibilizadas e para quais minerais. A ideia é ofertar mais de 5 mil áreas nesse leilão”, ressaltou a diretora da ANM.

O projeto de Disponibilidade de Áreas da ANM teve início em setembro e inclui áreas, segundo a agência, que podem ser usadas tanto para pesquisa quanto para lavra. De acordo com a ANM, são projetos minerários já aprovados no passado, mas que retornaram à carteira da agência por algum motivo, como indeferimentos de requerimentos, caducidade de títulos, abandono da jazida ou mina e desistência e renúncia. O antigo DNPM não conseguiu equacionar esse estoque e a divisão responsável foi suspensa em 2016.

O projeto prevê a adoção de uma metodologia eletrônica e, com isso, a primeira rodada ofertou, em setembro, 499 áreas de agregados da construção civil, como areia, argila, brita. Foram arrecadados R\$ 1,7 milhão no processo.

Já com o segundo edital aberto em dezembro, o processo disponibilizou 7.027 áreas com os mais variados tipos de substâncias minerais, segundo a agência. Entre oferta pública e leilão, de acordo com a ANM, foram arrecadados R\$ 145 milhões.

Segundo a agência, a terceira rodada não foi completamente finalizada, mas já se tem previsão de arrecadação. Foram ofertadas 2.762 áreas para lavra e pesquisa e o valor leiloado chegou a R\$ 64 milhões. “A fase de pagamento ainda está aberta aos ganhadores, mas como a média de pagamento das fases anteriores foi, respectivamente, de 92% e 85%, a agência acredita que este valor não deva sofrer grandes alterações”, informou a ANM.

Fonte: Valor Econômico

Autora: Ana Paula Machado

Data: 23/08/2021



CONCENTRAÇÃO NO SETOR CONTINUA ELEVADA

As 100 Maiores mineradoras responderam por 87,8% da arrecadação total da CFEM e predominam na produção de minério de ferro, manganês, ouro, bauxita, calcário, carvão, cobre, caulim, estanho, fosfato, lítio, nióbio, níquel, potássio, tântalo, vanádio e zinco.

No caso do minério de ferro, participam no ranking nada menos que 31 empresas, que respondem pela quase totalidade da produção no País.

Em ouro, um total de 18 empresas figuram entre as 100 Maiores e elas são responsáveis por quase toda a produção industrial de ouro. Também estão na lista os dois principais produtores internos de manganês, assim como os quatro maiores produtores de bauxita, os mais importantes produtores de calcário, os maiores produtores de carvão, todos os quatro produtores de cobre, todos os produtores internos de caulim, os maiores produtores de estanho, os que lideram a produção de fosfato, os únicos produtores brasileiros de nióbio, as três empresas que produzem níquel, o único produtor de vanádio nas Américas, bem como a única companhia que produz zinco no Brasil.

O ranking também continua mostrando uma elevada concentração empresarial no setor, já que as 10 primeiras empresas participaram com 70,6% da arrecadação total de CFEM em 2020, enquanto as 90 restantes têm uma participação de 17,1% no total do royalty arrecadado.

A Vale, sozinha isto é, sem incluir suas controladas e outras empresas em que tem participação, respondeu por 45,6% do total da arrecadação em 2020. Incluindo suas controladas Minerações Brasileiras Reunidas e Salobo Metais, sua participação no total da CFEM sobe para 54,7%. Já as 20 Maiores têm uma participação de 77,1% da arrecadação total.

Os 10 maiores arrecadadores de CFEM em 2020 são Vale, Minerações Brasileiras Reunidas, Anglo American Minério de Ferro, CSN Mineração, Salobo Metais, Kinross Brasil, AngloGold Ashanti, Mineração Usiminas, Mineração Maracá e Vallourec.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 20/08/2021

REUNIÃO COM EMPRESÁRIOS NORTE-AMERICANOS DESTACA OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NOS SETORES DE MINAS E ENERGIA NO BRASIL

Secretário-adjunto do MME apresentou realizações do governo federal nos setores de mineração, petróleo, gás natural e energia elétrica e o cenário promissor para investidores.

Uma apresentação a lideranças empresariais norte-americanas sobre as oportunidades de investimentos nos setores de petróleo, gás natural, energia e mineração no Brasil foi o ponto alto da agenda de quarta-feira (18/08) dos representantes do Ministério de Minas e Energia (MME) em Washington D.C., nos Estados Unidos. O encontro, conduzido pelo secretário-adjunto do MME, Bruno Eustáquio, integra a programação da viagem oficial do governo brasileiro àquele país.

Aberta pelo embaixador do Brasil em Washington, Nestor Foster Júnior, a reunião contou com participação de representantes de grandes empresas mundiais como Total, BHP, AES, Embraer, Boeing, Westinghouse, entre outras companhias.

Bruno Eustáquio falou dos compromissos do ministro Bento Albuquerque ao assumir a Pasta e detalhou a oferta e demanda nos setores de petróleo, gás e mineração no Brasil, com destaque para o expressivo ingresso do capital estrangeiro no País em 2020 nos setores de minas e energia.

Também foram apresentados aos investidores os programas do MME, assim como as iniciativas de Modernização do Setor Elétrico, que abrem o mercado para o consumidor livre. O destaque ficou para a Conta Covid, com R\$ 15,3 bilhões, voltada para a preservação da saúde do setor elétrico, sobretudo no que se refere à distribuição.

No campo do petróleo e gás natural, Bruno Eustáquio falou sobre os programas Abastece Brasil, o Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate) e o Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos (Promar). E, no viés da transição energética, abordou o Renovabio, o programa Combustível do Futuro e o Programa Nacional de Hidrogênio.

A capitalização da Eletrobras, assim como os leilões de geração e de transmissão de energia realizados pelo governo, também foram mencionados. Bruno Eustáquio falou sobre o calendário dos leilões que serão realizados esse ano a exemplo do A-5 e A-2, de transmissão e reserva de capacidade, e, no setor de petróleo e gás, o certame da 17ª Rodada, da Cessão Onerosa e o de Oferta Permanente.

O setor de mineração também foi lembrado durante a apresentação aos investidores americanos. Os destaques ficaram para o caulim, com US\$ 404 milhões em investimentos, e as mais de 35 mil áreas que serão ofertadas a partir dos editais que serão publicados ainda em agosto. “É um processo novo e que tem nos surpreendido muito positivamente com relação à oferta para o mercado privado para essas áreas”, afirmou Eustáquio.

Outro destaque foi o tema da renovabilidade da matriz energética e elétrica brasileira e o avanço das fontes solar e eólica, nos próximos dez anos, cuja perspectiva de crescimento chega a 50 gigawatts nesse período.

Ao encerrar sua apresentação, o secretário-adjunto do MME reforçou os compromissos assumidos pelo ministro Bento Albuquerque de diálogo e transparência, previsibilidade e segurança jurídica, observância à transição energética e às boas práticas regulatórias.

“Estamos encerrando uma semana de interações muito produtivas aqui nos Estados Unidos. Falamos muito em energias renováveis, hidrogênio, mineração, petróleo, gás e biocombustíveis e investimentos. Já estamos colhendo os resultados e vamos ter muito mais nos próximos anos. Brasil e Estados Unidos têm muito a crescer mutuamente em suas relações”, declarou o secretário-adjunto.

[Veja aqui a íntegra da apresentação](#)

Fonte: MME

Data: 20/08/2021



ANM PRORROGA PRAZO PARA CONSULTA PÚBLICA SOBRE TELEMETRIA DE ÁGUA MINERAL

Objetivo é modernizar parâmetros para coleta, envio e sigilo dos dados de monitoramento de poços de água mineral potável de mesa e de águas termais em balneários. Consulta acontece até 19 de setembro

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Mineração (ANM) decidiu reabrir, por mais 30 dias, a Consulta Pública 2/2021, que busca contribuições da sociedade para alterar a regulamentação dos equipamentos de telemetria que monitoram poços de água mineral potável de mesa e de águas termais em balneários. Com a decisão, o novo prazo para a participação pública vai até o próximo dia 19 de setembro de 2021.

A ANM pretende elaborar uma nova Resolução que atualizará parâmetros de como deve funcionar o sistema de telemetria. Os principais objetivos serão a padronização do formato dos dados que os titulares de direitos minerários deverão adquirir em campo e a criação de protocolos sobre a forma de envio destes dados à Agência.

Outro item importante será o estabelecimento de regras claras sobre a confidencialidade das informações enviadas, tendo como principal objetivo garantir o equilíbrio entre o sigilo comercial dos entes regulados e a necessidade de que estas informações cumpram sua função informativa para a sociedade, a pesquisa acadêmica e interessados em geral.

“A telemetria já é hoje um requisito legal para a operação de lavras de água mineral, mas notamos que existem dificuldades de operacionalização desse sistema nos parâmetros atuais. A intenção da ANM é garantir a aplicação das tecnologias mais modernas, garantindo a gestão da informação eficiente de um recurso mineral que tem se tornado foco de preocupação no Brasil e no mundo”, resume Yuri Faria Pontual de Moraes, gerente de Política Regulatória da ANM.

As orientações sobre como participar da Consulta Pública 2/2021, incluindo informações detalhadas sobre a legislação atualmente em vigor e os requisitos técnicos da telemetria, podem ser acessadas no ambiente Participa ANM, no portal da Agência Nacional de Mineração, no endereço <https://app.anm.gov.br/ParticipaPublico>.

Fonte: ANM

Data: 20/08/2021



TALIBÃ ESTÁ SOBRE R\$ 5,4 TRILHÕES EM MINERAIS NECESSÁRIOS PARA O MUNDO

Reservas de minerais como ferro, cobre e ouro estão espalhadas pelas províncias do Afeganistão

A queda veloz do Afeganistão para os combatentes talibãs duas décadas depois que os Estados Unidos invadiram o país desencadeou um processo político e uma crise humanitária. Também está fazendo com que os especialistas em segurança se perguntem: o que vai acontecer com a vasta riqueza mineral inexplorada do país?

O Afeganistão é uma das nações mais pobres do mundo. Mas, em 2010, autoridades militares e geólogos dos EUA revelaram que o país, que fica na encruzilhada da Ásia Central e do Sul da Ásia, tem depósitos minerais no valor de quase US\$ 1 trilhão (cerca de R\$ 5,38 trilhões) – o que poderia transformar dramaticamente as perspectivas econômicas do país.

As reservas de minerais como ferro, cobre e ouro estão espalhadas pelas províncias. Existem também minerais de terras raras e, talvez o mais importante, o que poderia ser um dos maiores depósitos de lítio do mundo. O lítio é um componente essencial, mas escasso, para baterias recarregáveis e outras tecnologias vitais para enfrentar a crise climática

“O Afeganistão é certamente uma das regiões mais ricas em metais preciosos tradicionais, mas também os metais [necessários] para a economia emergente do século 21”, afirmou Rod Schoonover, cientista e especialista em segurança que fundou o Ecological Futures Group.

Desafios de segurança, falta de infraestrutura e secas severas impediram a extração da maioria dos minerais valiosos no passado. É improvável que isso mude em breve sob o controle do Talibã. Ainda assim, há interesse de países como China, Paquistão e Índia, que podem tentar se engajar apesar do caos.

“É um grande ponto de interrogação”, disse o especialista.

Enorme potencial

Mesmo antes de o presidente dos EUA, Joe Biden, anunciar que retiraria as tropas norte-americanas do Afeganistão no início deste ano, preparando o cenário para o retorno do controle do Talibã, as perspectivas econômicas do país eram sombrias.

Em 2020, cerca de 90% dos afegãos viviam abaixo da linha de pobreza determinado pelo governo de US\$ 2 (cerca de R\$ 10,76) por dia, de acordo com um relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso dos Estados Unidos publicado em junho. Em seu perfil de país mais recente, o Banco Mundial disse que a economia continua “moldada pela fragilidade e dependência da ajuda”.

“O desenvolvimento e a diversificação do setor privado são limitados pela insegurança, instabilidade política, instituições fracas, infraestrutura inadequada, corrupção generalizada e um ambiente de negócios difícil”, afirmou o documento em março.

Muitos países com governos fracos sofrem com o que é conhecido como a “maldição dos recursos”, na qual os esforços para explorar riquezas naturais não trazem benefícios para a população local e para a economia doméstica. Mesmo assim, as revelações sobre as reservas minerais do Afeganistão, baseadas em pesquisas anteriores conduzidas pela União Soviética, são promissoras.

A demanda por metais como lítio e cobalto, bem como por elementos de terras raras como o neodímio, está aumentando à medida que os países tentam mudar para carros elétricos e outras tecnologias limpas para reduzir as

emissões de carbono. A Agência Internacional de Energia (IEA) declarou em maio que os suprimentos globais de lítio, cobre, níquel, cobalto e elementos de terras raras precisavam aumentar drasticamente ou o mundo fracassaria em sua tentativa de enfrentar a crise climática. Três países (China, República Democrática do Congo e Austrália) respondem atualmente por 75% da produção global de lítio, cobalto e terras raras.

O carro elétrico médio requer seis vezes mais minerais do que um carro convencional, de acordo com a IEA. Lítio, níquel e cobalto são essenciais para as baterias. Redes de eletricidade também requerem grandes quantidades de cobre e alumínio, enquanto elementos de terras raras são usados nos ímãs necessários para fazer as turbinas eólicas funcionarem.

O governo dos EUA estimou que os depósitos de lítio no Afeganistão poderiam rivalizar com os da Bolívia, lar das maiores reservas conhecidas do mundo.

“Se o Afeganistão tiver alguns anos de calma, permitindo o desenvolvimento de seus recursos minerais, poderá se tornar um dos países mais ricos da região em uma década”, disse Said Mirzad, do US Geological Survey, à revista “Science” em 2010.

Ainda mais obstáculos

A calma nunca chegou, e a maior parte da riqueza mineral do Afeganistão permaneceu no solo, disse Mosin Khan, um membro sênior não residente do Conselho do Atlântico e ex-diretor do Oriente Médio e Ásia Central do Fundo Monetário Internacional.

Embora tenha havido alguma extração de ouro, cobre e ferro, a exploração de lítio e minerais de terras raras requer muito maior investimento e conhecimento técnico, além de tempo. A IEA estima que leva 16 anos, em média, desde a descoberta de um depósito para que uma mina comece a produzir.

No momento, os minerais geram apenas US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 5,38 bilhões) no Afeganistão por ano, de acordo com Khan. Ele estima que 30% a 40% foram desviados pela corrupção, bem como pelos senhores da guerra e pelo Talibã, que presidiu a pequenos projetos de mineração.

Ainda assim, Schoonover acha que há uma chance de o Talibã usar seu novo poder para desenvolver o setor de mineração.

“Dá para imaginar uma trajetória de que talvez haja alguma consolidação, e parte dessa mineração não precisará mais ser desregulada”, afirmou.

Mas, continuou Schoonover, “as possibilidades estão contra isso”, visto que o Talibã precisará dedicar sua atenção imediata a uma ampla gama de questões humanitárias e de segurança.

“O Talibã assumiu o poder, mas a transição do grupo insurgente para o governo nacional não será nada simples”, opinou Joseph Parkes, analista de segurança para a Ásia na empresa de inteligência de risco Verisk Maplecroft.

“A governança funcional do setor mineral nascente provavelmente ainda levará muitos anos”.

Khan observa que já era difícil conseguir investimento estrangeiro antes de o Talibã derrubar o governo civil do Afeganistão apoiado pelo Ocidente. Atrair capital privado será ainda pior agora, particularmente porque muitas empresas e investidores globais estão buscando em padrões ambientais, sociais e de governança (ESG) cada vez mais elevados.

“Quem vai investir no Afeganistão agora e que não estava disposto a investir antes?”, questionou Khan. “Os investidores privados não vão correr o risco”.

As restrições dos EUA também podem representar um desafio. O Talibã não foi oficialmente designado como Organização Terrorista Estrangeira pelos Estados Unidos. No entanto, o grupo foi colocado em uma lista do Departamento do Tesouro dos EUA de Terroristas Globais Especialmente Designados e em uma lista de Nacionais Especialmente Designados.

Uma oportunidade para a China?

Projetos apoiados pelo Estado motivados em parte pela geopolítica podem ser uma história diferente. Líder mundial na mineração de terras raras, a China disse na segunda-feira (16) que “manteve contato e comunicação com o Talibã afegão”

“A China, o vizinho do lado, está embarcando em um programa de desenvolvimento de energia verde muito significativo”, disse Schoonover. “O lítio e as terras raras são até agora insubstituíveis por causa de sua densidade e propriedades físicas. Esses minerais influenciam seus planos de longo prazo”.

Se a China intervir, Schoonover disse que haveria preocupações sobre a sustentabilidade dos projetos de mineração, dado o histórico da China.

“Quando a mineração não é feita com cuidado, pode ser ecologicamente devastadora, o que prejudica certos segmentos da população sem muita voz”, explicou.

No entanto, o governo chinês pode ser cético em relação a parcerias em empreendimentos com o Talibã, dada a instabilidade contínua, e pode se concentrar em outras regiões. Khan destacou que a China já foi prejudicada antes ao tentar investir em um projeto de cobre que posteriormente foi paralisado.

“Acredito que eles priorizarão outras geografias emergentes ou fronteira muito antes do Afeganistão liderado pelo Talibã”, opinou Howard Klein, sócio da RK Equity, que assessora investidores em lítio.

Fonte: CNN Brasil

Data: 19/08/2021



MINERAÇÃO E METAIS APOSTAM NO E-COMMERCE PARA RETORNOS BILIONÁRIO

Expectativa é que a utilização de plataformas de e-commerce e e-procurement B2B possa chegar a 15% em 2025

Digitalização e adoção de plataformas e-commerce, promovendo a simplificação de processos, são as próximas grandes tendências das indústrias de mineração e metais, com perspectivas de retornos bilionários no mundo, apontou um estudo da consultoria Accenture compartilhado com a Reuters.

A expectativa é que a utilização de plataformas de comércio eletrônico e e-procurement B2B – sistema para comercialização de produtos e serviços em ambiente virtual entre empresas – possa chegar a 15% em 2025, pontuou o gerente sênior de Comércio Digital da Accenture Brasil, Carlos Grando.

Dessa forma, as estimativas de mercado são de que ambas as plataformas poderiam agregar valor total à indústria de metais de aproximadamente 35 bilhões de dólares, enquanto as plataformas de e-procurement terão um impacto positivo na indústria de mineração na ordem de 2 bilhões de dólares.

A adoção dessas novas plataformas, segundo Grando, oferecem às empresas a oportunidade de “contornar” os intermediadores e atender os clientes diretamente. No entanto, ele destacou que é preciso buscar “ressignificar” a posição que intermediários ocupam na cadeia de valor, uma vez que são extremamente importantes no processo, inclusive por sua expertise.

“Não seria sábio ou prudente eliminar o intermediário, a ideia é ‘ressignificar’”, afirmou Grando. “O intermediário tem um papel fundamental para não dizer primordial para a distribuição do produto.”

Segundo ele, ao “ressignificar” a posição que intermediários ocupam na cadeia de valor, cria-se a necessidade de recursos extras de distribuição e vendas, por outro lado se ampliam potencialmente as margens e os volumes de negócios.

Existem, ainda, aspectos chave da digitalização que podem potencializar ainda mais essa operação digital de grandes empresas do setor, disse o diretor de Químicos & Recursos Naturais da Accenture Brasil, Flávio Alves.

Ao promover a troca e integração de dados de forma ágil e segura, por exemplo, as plataformas podem melhorar significativamente o planejamento e operação da cadeia de suprimentos e, assim, reduzir os custos de abastecimento, no lado da compra, e os custos de distribuição, no lado das vendas, nos setores de mineração e metais.

PANDEMIA E NOVAS GERAÇÕES DIGITAIS

Grando destacou que a pandemia forçou a aceleração do processo de inovação das duas tradicionais indústrias, uma vez que os profissionais buscaram por soluções tecnológicas que permitiam evitar o coronavírus nas atividades.

“A pandemia acelerou muitos projetos em discussão, criou senso de urgência”, afirmou o Grando, ressaltando que experiências pessoais de profissionais frente à covid-19 também contribuíram com o avanço tecnológicos.

Segundo o executivo, o isolamento social fez com que as pessoas se tornassem mais exigentes na contratação de serviços por meios digitais para uso próprio e isso se refletiu no ambiente de trabalho.

“As pessoas agora têm expectativas com relações comerciais mais flexíveis, fáceis, com conteúdo customizado.”

Outro fator que estimulou a inovação nos últimos anos foi a chegada de gerações mais digitalizadas no mercado de trabalho, “que tem outro nível de intimidade com a tecnologia e outro tipo de expectativa em relação a serviços”, pontuou.

Fonte: Estadão

Data: 19/08/2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DEBATE CÓDIGO DE MINERAÇÃO

Governo federal foi representado pelo Ministério de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Agência Nacional de Mineração, Cetem e Serviço Geológico do Brasil

Com o objetivo de atualizar o Código de Mineração (Decreto-Lei n. 227/67) que data de 1967, a Câmara dos Deputados discute em audiência pública propostas para a regulação do setor mineral do país. Em meio a resultados extremamente positivos, órgãos governamentais com interface no setor mineral participaram do debate. Representantes do Ministério de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Agência Nacional de Mineração (ANM), Cetem e Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) apresentaram dados e responderam a dúvidas dos parlamentares. Acompanhe a íntegra [aqui](#) e [aqui](#).

Nesta quarta-feira (18), o convidado dos parlamentares foi o diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Esteves Pedro Colnago. Ele discorreu no tempo estabelecido de 10 minutos sobre as áreas de atuação da empresa, que é ligada ao Ministério de Minas e Energia, com enfoque no papel que desempenha na base do setor mineral brasileiro, mas também apresentando uma visão geral das ações voltadas à disponibilidade hídrica, proteção contra desastres naturais e para preservação do meio ambiente. “A atuação do SGB na área de risco não é de amplo conhecimento, mas é de extrema importância para enfrentar situações de calamidade agravadas pelas alterações climáticas, que ocorrem no mundo inteiro, e no Brasil tem se manifestado de uma forma muito intensa nos últimos tempos, exigindo nossa presença acompanhando eventos extremos, como neste ano fizemos na cheia na bacia amazônica e novamente na seca no Pantanal”, avaliou.

Em seguida, Colnago apresentou a atuação do SGB para promover o desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro. Citou estudos que detalham o potencial em áreas de relevante interesse mineral, ampliando conhecimento sobre minerais estratégicos como grafita, cobalto, lítio, fosfato potássio e terras raras. Levantamentos aerogeofísicos e geoquímicos e estudos de detalhe em províncias minerais brasileiras buscam aumentar a atratividade prospectiva para investidores. Grande parte dos projetos são estratégicos voltados à demanda da indústria 4.0 e da agricultura do país. “Estudos apontam o crescimento da produção agrícola nos próximos 10 anos e a necessidade para atender essa demanda de estudos sobre agrominerais e para garantir a disponibilidade hídrica”, ressaltou. Colnago lembrou ainda a parceria com a Petrobras e Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP) na área de PD&I para impulsionar ações no setor de Óleo e Gás, “o SGB-CPRM esteve ausente durante todos esses anos do setor de óleo e gás, que é um papel comum nos serviços geológicos pelo mundo”, acrescentou.



Dados do relatório Best Practices Mineral Potential Index (BPMPI) do Instituto Fraser

Por fim, foi destacado pelo diretor de Geologia e Recursos Minerais, Marcio Remédio, que acompanhava o diretor-presidente, dados do relatório Best Practices Mineral Potential Index (BPMPI) do Instituto Fraser. “A disponibilização, reestruturação do banco de dados, interpretação e disponibilização de dados aerogeofísicos refletem evidentemente nos investimentos em pesquisa no país. De 2017 para cá, observa-se um crescimento nas curvas de atratividade especialmente devido às atividades do SGB no Brasil”, relatou.

O debate sobre o tema teve início na terça-feira. A secretária-adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Lilia Mascarenhas Sant'agostino, abriu a discussão apontando que o Brasil vive um momento de muita atividade mineral, ao mesmo tempo em que o setor apresenta

grande importância para o desenvolvimento econômico do país. Salientou que no período de pandemia, graças ao esforço das empresas e de regulação do governo que tratou o setor como serviço essencial, a mineração manteve os níveis de produção, enquanto outros países apresentaram declínio. “O setor dos agregados da construção civil surpreendeu. A tendência de expansão acompanhou a mudança dos hábitos da população”, citou como exemplo.

O resultado, segundo destacou, são dados vultosos do setor, em parte devido a mudanças no contexto mundial do valor dos bens minerais, especialmente de commodities que o Brasil é exportador. “O setor mineral gerou saldo extremamente positivo na Balança Comercial, ao ponto que pudesse ser considerado no final do ano passado o primeiro setor produtivo em termos de resultados para a economia brasileira.”, ressaltou. Pontuou ainda que a mineração é um vetor para o desenvolvimento regional, cuja atividade respeita a natureza geológica, e representa levar atividade econômica para regiões longínquas.

Ela salientou que a percepção dos investidores a movimentos de alteração da legislação é bastante receosa, inclusive, em outras épocas resultou em fuga nos investimentos. No entanto, desde 2017, o cenário é otimista. Existe uma previsão de investimentos crescentes para o quadriênio 2020/2025, que acompanha a perspectiva mundial de um ciclo de crescimento da mineração.

Em média, investigações geológicas mais complexas demoram cerca de dez anos, e ao final, podem não resultar em uma jazida. Outro risco é a oscilação do valor dos minérios, que podem inviabilizar um empreendimento durante o andamento do projeto. É por isso que a atividade mineral é considerada de alto risco e o papel dos investidores internacionais é tão importante em projetos de longa maturação. “Mudanças regulatórias também são pontos de atenção e considerado risco conjuntural. Uma vez que o país seja reconhecido como com muita oscilação isso é um ponto bastante negativo e afugenta investimentos”. Lilia citou preocupação com proposta que indica a redução ou extinção do percentual da CFEM destinado à ANM, o que significaria um grande risco para o setor.

O diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, Victor Hugo Bicca, também destacou a performance do setor mineral com o indicador de produção mineral do primeiro trimestre de 2021, que apresentou crescimento de 95% em relação ao ano anterior (totalizando R\$68 bilhões). Em relação ao mercado de trabalho, o primeiro trimestre gerou 11 mil empregos, crescimento formal de 7.7%, principalmente nos estados de MG, PA, SP, BA, GO, ES. A arrecadação da CFEM também vem crescendo, em parte devido à mudança da alíquota e da base de cálculo e aperfeiçoamento da fiscalização. Somente no mês de julho, mais de um bilhão de reais. Minério de ferro (83,4%), ouro (4,6%), cobre (3,5%), alumínio (1,8%) e calcário (1,1%) são as cinco principais substâncias produzidas. O setor mineral, de janeiro a julho, representou cerca de 28% das exportações (38.8 bilhões de dólares), aumento de 66% em comparação ao mesmo período do ano anterior. As principais commodities minerais são minério de ferro, alumínio, níquel e rochas ornamentais.

Em seguida, Bicca citou os esforços da ANM para melhorar a regulação do setor, ainda que mudanças no Código de Mineração não tenham prosperado. Entre os avanços, a criação da ANM em 2017, implantada em dezembro de 2018 e a alteração da base legal da CFEM. Explicou que a agenda regulatória, análise de impacto regulatório e processo de participação e controle social são alicerçados em três princípios: previsibilidade, transparência e segurança jurídica. “Avançamos muito nos últimos dois anos, mas ainda temos muito por fazer, estamos concluindo a agenda regulatória até 2023. Sabemos que a estabilidade na regulação proporciona a estabilidade jurídica e a previsibilidade tão importante para o florescimento do ambiente de negócios, com efeitos positivos para toda a sociedade”. Isso não significa que não devemos promover aperfeiçoamentos no diploma legal vigente, mas que devemos fazer com cautela e que milhares de investidores interessados no potencial geológico brasileiro nos acompanhe. Estamos à disposição para o diálogo com o parlamento e a sociedade brasileira”, concluiu.

No espaço para questionamentos aos convidados, Bicca sublinhou o grande potencial geológico do país. Hoje, cerca de 80 substâncias são produzidas. No entanto, 95% das minas em operação no país são minas a céu aberto, o que evidencia, segundo ele, que o subsolo ainda é desconhecido. “Dada a diversidade geológica e a amplitude territorial é necessário ampliar o conhecimento geológico”, defendeu, apontando a importância do Serviço Geológico do Brasil. “Estamos costurando uma parceria, em conjunto com o MME, para que a gente some esforços do governo federal no que tange a mapeamento em escala regional, detalhe, semi-detalhe, agregando o conhecimento geológico gerado nos processos, e dessa forma otimizar o conhecimento em prol da sociedade”, afirmou. Ainda em relação a mudanças regulatórias, Lilia Mascarenhas alertou a preocupação com proposta que indica a redução ou extinção do percentual da CFEM destinado à ANM, o que significaria um grande risco para o setor.

O diretor do Departamento de Tecnologias Aplicadas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações, Eduardo Soriano Lousada, defendeu a proposta de criação de um capítulo na nova legislação de incentivo à ciência, tecnologia e inovação mineral. “Somos grandes exportadores de commodities, nosso desafio é agregar valor nessa cadeia produtiva”, afirmou. A ideia apresentada destinaria 1% da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico, com o objetivo de instituir um Programa de PD&I para promover a inovação e o desenvolvimento do setor mineral.

A diretora do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Sílvia Cristina Alves Franca, destacou o trabalho desenvolvido pela entidade ligado ao MCTI e com as entidades do setor mineral focado em tecnologia mineral e ambiental relacionadas à mineração. “O Cetem nasceu dentro da CPRM. Possuímos boas parcerias com as entidades do setor, trocando informações com instituições que conhecem e sabem a importância das trocas de informações e da formação de redes para o desenvolvimento do setor”, destacou.

Ao final, o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) fez um relato comovente sobre a atuação do Serviço Geológico do Brasil ao lembrar do período em que presidia o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), quando ocorreu uma grande cheia na bacia do rio Doce. “As informações precisas do Serviço Geológico do Brasil nos permitiu fazer intervenções ao longo da bacia do rio Doce e salvamos inúmeras vidas”, relatou. Lembrou que na época estava prestes a ter que desalojar 200 pacientes internados no hospital de Colatina se o rio subisse mais 20 centímetros. “Confiamos no dado técnico de que o rio subiria apenas 15 cm e voltaria a descer, o que ocorreu. O SGB às vezes passa despercebido nas políticas públicas, mas tenho orgulho do estudo, da ciência, tecnologia e da gente comprometida desse nosso país”, elogiou.

O presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (Centrorochas), Frederico Robison; o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (Abrirochas), Paulo Roberto Amorim Orcioli; a diretora do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) e o presidente do Instituto de Desenvolvimento da Mineração (IDM), Wagner Pinheiro também participaram da audiência desta quarta-feira. As reuniões são coordenadas pelo deputado Roman (Patriota-PR) e pela deputada Greyce Elias (Avante-MG), que é autora do requerimento dos debates, juntamente com o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) também. O relatório final está previsto para novembro.

Fonte: CPRM

Data: 19/08/2021



SETOR TEM RECORDE DE PRODUÇÃO MESMO EM ANO DE PANDEMIA

Apesar da pandemia Covid-19, a indústria mineral brasileira fechou o ano de 2020 com uma performance bastante positiva no que diz respeito ao valor da produção mineral, com um crescimento da ordem de 36%, totalizando R\$ 208,1 bilhões. Em 2019, o valor da produção mineral foi de R\$ 153,4 bilhões. É importante observar que esse valor total da produção mineral brasileira inclui R\$ 3,298 bilhões relativos à água mineral, que no Brasil é considerada como bem mineral e da qual existem 702 operações em atividade.

O crescimento da produção foi motivado basicamente por três fatores: um decreto governamental permitiu que a mineração fosse inserida no rol de atividades consideradas essenciais e que, portanto, poderiam continuar operando durante a pandemia; o mercado de commodities minerais, que sofreu um forte baque nos três primeiros meses do ano de 2020, começou a se recuperar a partir do segundo trimestre e os preços de alguns bens minerais produzidos pelo Brasil tiveram bom desempenho; e a forte desvalorização do real perante o dólar, elevando substancialmente o faturamento das empresas em moeda brasileira.

As três principais commodities produzidas pelo Brasil – minério de ferro, ouro e cobre – vivenciaram momentos de mercado favorável, principalmente em termos de preços, mesmo num ambiente de forte crise econômica. No caso do minério de ferro, a surpreendente rapidez com que a China recuperou seu nível de atividade, combinada com uma queda na oferta do maior produtor mundial, a Vale, fez com que os preços de mantivessem em níveis bastante remuneradores para os produtores. Em 2020, o minério de ferro chegou a um pico de US\$ 155,84 a tonelada métrica e, na média, ficou em US\$ 97/tonelada métrica. O ouro, por sua vez, do qual o Brasil exporta a maior parte de sua produção e que é sempre um refúgio para os investidores nos momentos de crise, teve seus preços elevados para níveis que ninguém se arriscava a prever antes da pandemia, chegando à marca histórica de US\$ 2.067/onça. No caso do cobre, como houve paralisação temporária da produção no Chile e Peru, que são grandes produtores, os preços também se mantiveram em bons níveis. O metal fechou o mês de dezembro de 2020 cotado a US\$ 7.893 a tonelada.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 19/08/2021

CBA VAI INVESTIR R\$ 4 BI PARA ELEVAR CAPACIDADE

Companhia planeja aumento da produção de alumínio em São Paulo e de bauxita no Pará

Depois de apresentar resultados históricos, com alta de 1.900% no lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) para R\$ 397 milhões e fechar com alavancagem de 2,36 vezes, no segundo trimestre, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) já tem preparado investimentos para os próximos cinco anos. A empresa vai investir R\$ 4 bilhões até 2025 em aumento de capacidade de produção de alumínio e na exploração de bauxita.

O presidente da companhia, Ricardo Carvalho, disse ao Valor que os recursos serão divididos, em 50%, para cada iniciativa. O projeto de produção de bauxita, chamado de “Projeto Bauxita Rondon”, em Rondon do Pará (PA) ainda carece de um parceiro investidor ou de contratos de longo prazo para sair do papel.

“Já temos todas as licenças prévias concedidas, as reservas auditadas e agora estamos na fase de viabilização do projeto. Estamos conversando com possíveis investidores. A ideia é ter uma definição sobre esse projeto de produção de bauxita até o fim do próximo ano”, afirmou Carvalho.

Segundo ele, os grandes consumidores de bauxita são China e países do Oriente Médio. Com a capacidade prevista para a extração no projeto, de até 18 milhões de toneladas por ano, poderia atender esses mercados e seria o concorrente direto dos produtores de Guiné, na África, hoje o maior exportador de bauxita. Segundo dados da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), em 2019, a produção de bauxita foi de 31,93 milhões de toneladas no Brasil. Desse volume, a CBA extraiu 2,11 milhões de toneladas naquele ano.

“A expectativa é, na primeira fase do projeto, produzir 4,5 milhões de toneladas por ano e podemos aumentar a produção em módulos de 4,5 milhões de toneladas, até chegar a capacidade de 18 milhões anuais”, disse.

Carvalho acrescentou que os investimentos previstos, de R\$ 2 bilhões, são para todo o projeto de bauxita e considera o desenvolvimento de mina e a parte logística. “Já estamos conversando com a VLI, que administra a Estrada de Ferro Carajás, para o escoamento da produção na ferrovia. Vamos construir também um terminal no Porto de Itaqui (MA) para a exportação da bauxita. Isso tudo está em análise”, disse.

A produção de bauxita foi a segunda alternativa para o Norte do país. O primeiro projeto era para alumina, mas, segundo Carvalho, não houve interessados na proposta para colocar a produção “na rua”. “Fizemos um ‘road show’ com o projeto e não despertou interesse. Em contrapartida, a produção de bauxita, sim. Os chineses, os maiores consumidores, preferem fazer as próprias refinarias e a sua alumina. Mudamos o projeto para bauxita e aí começamos a ter alguns interessados”, disse Carvalho.

Outra frente da CBA é o crescimento “orgânico” da companhia na produção de alumínio. Para isso, a companhia vai investir outros R\$ 2 bilhões na produção de alumínio primário e na reciclagem. O plano de produção de alumínio primário representa o retorno de capacidade do insumo no país. Em 2014, por causa da alta do custo com energia, muitas produtoras a fecharam usinas em todo país.

A CBA, segundo Carvalho, vai religar as salas fornos 1 e 3 da unidade na cidade de Alumínio, no interior de São Paulo. Hoje, a companhia tem uma capacidade instalada de 350 mil toneladas por ano e o retorno dos equipamentos devem adicionar mais 80 mil toneladas à empresa. “Somos um dos importadores de alumínio primário no país atualmente. Com essa expansão, vamos substituir essas compras externas. O nosso foco é o mercado interno, não devemos exportar a nossa produção.”

Esse aumento de capacidade deve ocorrer até 2025, segundo Carvalho, mas será de forma escalonada. O executivo ressaltou que a sala de fornos 3 deve retornar a operação ao fim de 2022. Para voltar a produzir alumínio primário, a CBA deve investir na geração de energia renovável. Hoje, a companhia gera 1,4 gigawatt e consome 700 megawatt. A ideia é aumentar a geração de energia limpa para suportar o crescimento de capacidade. A CBA tem projeto de energia solar em Goiás já programado.

“Temos ainda o projeto de aumentar a reciclagem em nossa produção de tarugos. Hoje, no país, 30% da produção de alumínio vem da sucata. A Metalex, nossa usina de Araçariguama (SP), já usa mais de 60% de sucata para fazer o tarugo. Temos um projeto de uma nova linha para processar o material de mercado e tirar as impurezas. A meta é ter mais de 80% da produção por meio de sucata.

Com esse projeto de reciclagem, a CBA poderá aumentar a capacidade instalada de produção em 50 mil toneladas por ano. O executivo ressaltou que, ao fim de 2025, a companhia será capaz de produzir, entre alumínio primário e sucata, 580 mil toneladas de alumínio por ano, o que representa alta de 130 mil toneladas anuais.

Fonte: Valor Econômico

Autora: Ana Paula Machado

Data: 19/08/2021

CTAPME ANALISA PROJETOS PARA INTEGRAR A POLÍTICA PRÓ-MINERAIS ESTRATÉGICOS DO PPI

Entre os oito primeiros empreendimentos apreciados pelo comitê, cinco foram considerados aptos a integrar a Política Pró-Minerais Estratégicos. Outros dois projetos foram deliberados como pendente de decisão.

O Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), se reuniu nessa terça-feira (17/08) e analisou oito empreendimentos de mineração para integrar a Política Pró-Minerais Estratégicos que necessitam de apoio ao licenciamento ambiental. Os projetos habilitados pelo CTAPME serão informados ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI), para avaliação e posterior inserção no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Entre os oito primeiros empreendimentos apreciados pelo Comitê, na 3ª reunião ordinária, cinco foram considerados aptos a integrar a Política Pró-Minerais Estratégicos. Outros dois projetos foram deliberados como processo pendente de decisão, para os quais há necessidade de atendimento, no prazo fixado, de uma ou mais exigências estabelecidas pelo CTAPME, para que seja objeto de nova deliberação. Um dos projetos não atende aos critérios para habilitação na Política Pró-Minerais Estratégicos, devendo ser arquivado.

Dos empreendimentos, três eram para a produção de minério de ferro, um para a produção de manganês e um para a produção de cobre, todos localizados no Pará. Os outros três eram para a produção de potássio, no Amazonas, fosfato no Rio Grande do Sul e ferro, em Minas Gerais.

Após a aprovação da ata da reunião, os titulares dos empreendimentos considerados habilitados para integrarem a Política Pró-Minerais Estratégicos, serão comunicados pelo CTAPME. A lista dos projetos considerados aptos também será disponibilizada no site do MME.

Sobre o CTAPME

Instituído no dia 18 de junho deste ano, o comitê interministerial formado pelo Ministério de Minas e Energia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia e Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, foi criado com o objetivo de auxiliar os projetos minerários considerados relevantes para a ampliação da produção nacional de minerais estratégicos, que necessitam de apoio ao licenciamento ambiental.

A decisão do CTAPME é baseada na presença da substância mineral, na relevância do projeto para a ampliação da produção nacional de minerais estratégicos e na ocorrência efetiva ou potencial de questão ambiental passível de ser dirimida por meio de maior articulação e diálogo entre órgãos e entidades governamentais, instituições públicas e interessados.

Os interessados que queiram ter projetos apreciados pela Política Pró-Minerais Estratégicos devem enviar um e-mail com a solicitação para: ctapme.prot@mme.gov.br.

Os projetos devem ser enviados com base no Decreto nº 10.657, de 2021 e a solicitação de habilitação deve estar fundamentada e instruída com os dados e com as informações exigidas, e se necessário, acompanhada com documentos comprobatórios.

Fonte: MME

Data: 19/08/2021

JAZIDA

RESULTADO OFERTA PÚBLICA: 4ª RODADA DE DISPONIBILIDADE DE ÁREAS ANM

Foi divulgado o resultado da etapa de Oferta Pública da 4ª Rodada de Disponibilidade de Áreas da ANM. Essa etapa foi iniciada dia 16/06/2021 e ofertou **1.658 áreas para Autorização de pesquisa**.

De acordo com o termo publicado no SOPLE dia 11/08/2021, 4 áreas foram retiradas ao longo do processo, dessa forma 1.654 áreas participaram do edital e puderam receber a manifestação de interesse pelos participantes.



Resultado da Oferta Pública do 4º Edital de Disponibilidade de Áreas divulgado no SOPLE.[]

Resultado Oferta Pública - 4ª rodada de Disponibilidade de áreas ANM:

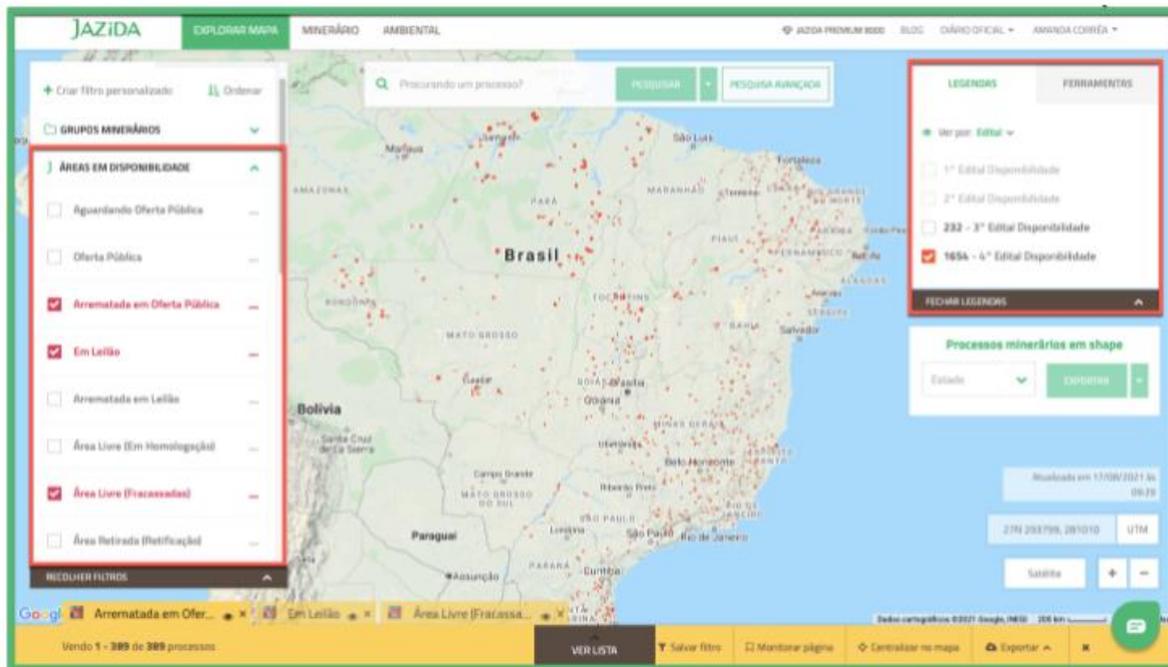
- 389 áreas receberam apenas uma manifestação de interesse e foram arrematadas (23,8%);
- 696 áreas receberam mais de um interessado e foram destinadas para a etapa de leilão (42%);
- 569 áreas foram consideradas fracassadas - livres - pois não houve interessado e estão livres para novos requerimentos a partir de hoje (34%);
- 4 áreas foram suspensas (0,2%).

Veja abaixo as áreas suspensas e a respectiva justificativa:

Item	Processo	NUP	Justificativa
692	866048/2016	48412.866048/2016-33	Área em estudo para ser encaminhada para modelo de disponibilidade específico para áreas de potencial para aproveitamento por lavra garimpeira
714	866446/2018	48412.866446/2018-11	Área com Alvará de pesquisa vigente
622	830803/2010	48403.830803/2010-65	Área cuja liberação está pendente de análise de recurso, revista através de pedido de impugnação
639	832704/2008	48403.832704/2008-01	Área interferente com pedido de reposicionamento de área em fase de análise

No Jazida.com você pode consultar todas as etapas dos editais e visualizar diretamente no mapa quais áreas foram arrematadas, fracassadas ou as que foram destinadas para a etapa de leilão eletrônico.

Basta acessar o Módulo "Explorar Mapa", escolher os filtros indicados ao lado esquerdo da imagem e selecionar na legenda (ao lado direito) qual é o edital de seu interesse.



Filtros Áreas em Disponibilidade e Legenda por Edital Jazida.com

Os estados que mais abrigam áreas arrematadas nessa etapa são **Minas Gerais** (55 áreas arrematadas), **Rio Grande do Sul** (38 áreas arrematadas) e **Goiás** (33 áreas arrematadas).

Informações importantes sobre a etapa de Oferta Pública:

As áreas que não receberam manifestação de interesse serão consideradas **LIVRES** a partir do dia útil subsequente à data de fechamento da oferta pública, ou seja, dia **18/08/2021**.

Os requerimentos das áreas arrematadas nesta etapa devem ser submetidos entre **29/10/2021 e 01/012/2021**, conforme edital.

Próximas datas do 4º edital de Disponibilidade de Áreas ANM:

Evento	Data
Abertura do Leilão Eletrônico	25/08/2021
Fechamento do Leilão Eletrônico	08/09/2021
Resultado do Leilão Eletrônico	20/09/2021

Informações importantes sobre a próxima etapa - Leilão Eletrônico:

O(a) vencedor(a) será o(a) participante que ofertar, ao final do Leilão Eletrônico, proposta de maior valor financeiro, não podendo ser inferior a **R\$ 1.012,73** (um mil e doze reais e setenta e três centavos).

Caso o participante descumpra as obrigações estabelecidas no Edital, estará sujeito a multa cujo valor não será inferior a R\$1.000,00 (mil reais) e suspensão temporária de participação em procedimentos de Disponibilidade de Áreas por prazo não inferior a 2 (dois) anos e nem superior a 5 (cinco) anos.

Caso a área arrematada na etapa de Leilão Eletrônico não receba o pagamento integral da proposta vencedora no prazo previsto, ela será incluída em **novo edital de disponibilidade** a ser publicado.

A área que não receber nenhuma proposta financeira será considerada **livre** no dia útil subsequente a publicação da homologação do resultado no DOU.

Para consultar a publicação oficial no SOPLE, [clique aqui](#).

Fonte: Jazida

ESTUDOS SOBRE ESTANHO E COBALTO MARCAM PARCERIA ENTRE BRASIL E ALEMANHA NO SETOR MINERAL

Diretor-presidente Esteves Colnago destacou na abertura da Conferência Brasil-Alemanha de Mineração e Recursos Minerais cinco anos de atuação conjunta em projetos estratégicos

Teve início na manhã desta quarta-feira (18) a 6ª Conferência Brasil-Alemanha de Mineração e Recursos Minerais, promovida pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK). Desde 2016, a conferência é o principal evento de relacionamento da mineração brasileira e alemã, e neste ano conta com debates e painéis dinâmicos. O evento teve participação de autoridades dos dois países, incluindo o diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), Esteves Colnago.

O diretor-presidente do SGB-CPRM lembrou que a parceria da empresa com a Agência Alemã de Recursos Minerais (DERA) completa 5 anos e já mostra ótimos resultados. “Começando pela excelente interação entre as equipes envolvidas nos projetos. O projeto Identidade Mineral da Província Estanífera de Rondônia marca o início dessa importante parceria. Colnago também lembrou que estudos geometalúrgicos desenvolvidos na Alemanha resultaram em recomendações e orientações técnicas para o melhor processamento do minério de estanho. O Projeto Biocobalt, em fase de conclusão, e o Projeto BioProLat consolidam estes 5 anos como um período de intensa atividade e produtividade”, disse. Colnago destacou ainda que os compromissos assumidos no Projeto BioPorLat terão apoio do Programa Plataforma P3M (em desenvolvimento pelo SGB/ CPRM), tendo por objetivo auxiliar empresas, investidores e agentes públicos no Planejamento da Pesquisa e da Produção Mineral no Brasil.

De acordo com o diretor-presidente do SGB-CPRM, os objetivos dos projetos em desenvolvimento com a DERA, assim como com as demais instituições envolvidas, são para contribuir para o melhoramento do fornecimento sustentável e seguro de matérias-primas, incluindo uma redução no desperdício, águas residuais e geração de emissões e uma melhor recuperação de recursos de matérias-primas.

O Dr. Herwig Marbler, da DERA, lembrou da importância dos recursos minerais do Brasil para a indústria Alemã. O país europeu gasta 80 bilhões de euros na importação de metais e minerais industriais; em 2019, o Brasil contribuiu com 4% de toda a importação alemã de recursos minerais.

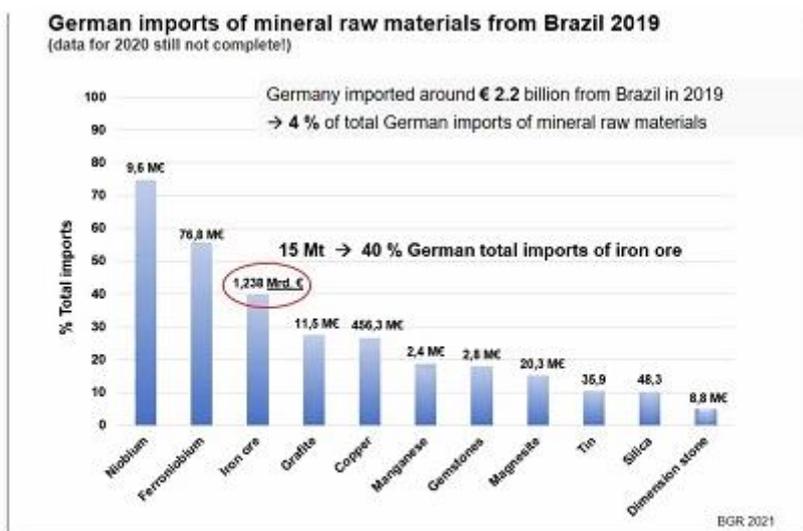


Gráfico mostra as importações alemãs de matérias-primas minerais do Brasil: a principal é o nióbio

A mineração foi o principal item da economia no último trimestre de 2020, acima inclusive do agronegócio. De acordo com Lília Mascarenhas, secretária de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), o país está com um movimento robusto de expansão do setor: no ano passado, o valor de produção da mineração brasileira atingiu os R\$ 209 bilhões, e já alcançou R\$ 149 bilhões no primeiro semestre de 2021. O crescimento já gerou mais de 11 mil empregos neste ano, contra os 5 mil em 2020.

Lília destacou também o Programa Mineração e Desenvolvimento instituído pelo MME em 2020, com a proposta de estender qualitativa e quantitativamente o setor mineral no Brasil. “Mas sem abrir mão, em nenhum momento, da sustentabilidade”, afirmou. O projeto Patrimônio Mineral Brasileiro compreende 15 metas e é a principal interface do Serviço Geológico do Brasil no Plano.

No painel de abertura, o presidente da AHK Manfredo Rübens destacou que, mesmo com a pandemia de Covid-19, o setor de mineração desempenhou um papel muito importante na economia brasileira em 2020. A quantia movimentada no ano passado representa uma alta de 36% em relação a 2019. “Esses números evidenciam a importância de eventos como a nossa conferência para o crescimento do setor e compartilhamento de boas práticas”, disse Rübens. De acordo com o Dr. Markus Utsch, chefe de divisão adjunto no Departamento de Política Internacional de Matérias-Primas do Ministério Federal de Economia e Energia da Alemanha, o fato de a conferência estar acontecendo pela 6ª vez mostra que o foco está sendo nos temas importantes, propiciando uma plataforma de intercâmbio central para as chances de cooperação entre os dois países.

Apenas 4,3% do território brasileiro é mapeado na escala apropriada de 1:50.000, o que alerta para necessários avanços na pesquisa geológica, lembrou Flávio Penido, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). “Isso demonstra um enorme potencial para o Brasil, que já é um grande produtor mundial, e uma grande capacidade de crescimento”, afirmou.



Representante do IBRAM mostrou infográfico com a quantidade de minas e unidades produtoras de 51 principais substâncias no Brasil

O diretor-presidente do IBRAM informou que o Brasil prevê o investimento de 30 bilhões de dólares no setor durante os próximos cinco anos, compreendendo não apenas instalações, mas também equipamentos e outros investimentos.

“O Brasil é uma potência no agronegócio, entretanto é um dos grandes importadores de substâncias para fertilizantes”, afirmou Penido, reforçando o desafio que o país precisa vencer nos próximos anos para produzir esses insumos. O SGB-CRPM atua para que o Brasil se torne cada vez mais independente na produção dos fertilizantes, realizando pesquisas sobre minerais como fosfato e potássio. Atualmente, o país tem 6 projetos envolvendo fertilizantes, com investimentos da ordem de 2 bilhões de dólares. Penido reforçou que os projetos são totalmente integrados com as práticas ESG - Ambiental, Social e Governança.

Fonte: CPRM

Data: 18/08/2021



EM MEIO A BOOM DAS COMMODITIES, BRASIL TEM POTENCIAL PARA PRODUZIR MAIS FERTILIZANTES

Estudo mostra que consumo de fertilizantes potássicos triplicou no Brasil

O Brasil é o quarto maior consumidor mundial de fertilizantes, mas depende da importação de um dos principais componentes desse insumo agrícola: o potássio. Entre 1998 e 2018, o consumo aparente de fertilizantes potássicos quase triplicou, enquanto a produção de cloreto de potássio diminuiu no país. Um novo [artigo publicado no Journal of the Geological Survey of Brazil](#) (JGSB), periódico científico do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), faz um diagnóstico estratégico dessa indústria.

Os autores do artigo Pedro Farias, Estevão Freire e Armando da Cunha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Adelaide de Souza Antunes, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) alegam que a produção brasileira de fertilizantes potássicos é frágil em relação à demanda gerada pela agricultura nacional. Com apenas uma unidade produtiva em operação localizada na região Nordeste, o Brasil importa mais de 96% dos insumos potássicos consumidos.

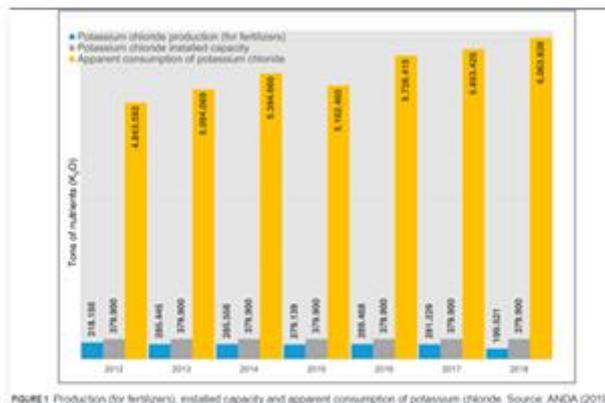


FIGURE 1 Production for fertilizer, installed capacity and apparent consumption of potassium chloride. Source: ANDA (2019)

Gráfico mostra disparidade entre produção e consumo de cloreto de potássio. Fonte: ANDA

Mesmo sendo a única zona do Brasil que produz cloreto de potássio, as regiões norte e nordeste apresentaram déficit de 654.907 toneladas de K₂O em 2018. Da quantidade entregue nas regiões (consumo aparente), 95,4% é formulada na própria região. Os pesquisadores defendem que, caso a produção de potássio fosse ampliada nesta área do país, ela poderia ser absorvida no próprio mercado agrícola regional.

A boa notícia é que o Serviço Geológico do Brasil recentemente identificou novas ocorrências de potássio na Bacia do Amazonas, nos estados do Amazonas e Pará, onde uma área de 500 mil quilômetros quadrados apresenta grande potencialidade para o mineral e precisa ser prospectada. A área é semelhante à região de Urais, na Rússia, e de Saskatchewan, no Canadá, maiores exportadores do mundo. A descoberta posiciona a Bacia do Amazonas como área estratégica para abrigar depósito de classe mundial.

Os geólogos afirmaram a existência de depósitos em Nova Olinda do Norte, Autazes e Itacoatiara, com reservas em torno de 3,2 bilhões de toneladas de minério, além de ocorrências em Silves, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Faro, Nhamundá e Juruti. Na região de Autazes, o potássio pode ser encontrado a profundidades entre 650m a 850m, com teor de 30,7% KCl. Em Nova Olinda, a profundidade varia em torno de 980m e até 1200m, com teor médio de 32,59% KCl.

No ano passado, em meio à pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor agrícola cresceu 2%. Segundo estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (USP), o agribusiness poderá responder por mais de 30% do PIB em 2021. Mas o resultado do setor na balança comercial do país seria bem mais favorável se a dependência de insumos importados para a produção de fertilizantes diminuísse. E o país já enxerga uma tendência de crescimento das commodities agrícolas, influenciado pela retomada da economia da China e por gastos dos governos com programas de recuperação após a crise causada pela Covid-19. O cenário torna estratégicos os projetos de pesquisa voltados para os agrominerais.

Fonte: CPRM

Data: 18/08/2021



MME REÚNE ENTIDADES PARA DISCUTIR CRIAÇÃO DE REDE DE FINANCIAMENTO DO SETOR MINERAL

Objetivo é engajar financiadores, empresas e reguladores para trocar experiências, compartilhar conhecimento e difundir soluções financeiras.

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do Ministério de Minas e Energia (MME) realizou em julho reuniões com entidades para discutir a criação de uma rede de financiamento para o setor mineral. O objetivo é engajar agentes financiadores, representações empresariais, reguladores e executores de políticas para troca de experiências, compartilhamento de conhecimento, difusão e desenvolvimento de soluções financeiras. A rede busca também a proposição de aprimoramentos normativos capazes de fortalecer a atuação de financiadores e elevar a aplicação de recursos e investimentos em empreendimentos e projetos sustentáveis na mineração.

A ideia vem sendo discutida entre a SGM, Agência Nacional de Mineração (ANM), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Conselho Temático da Mineração (Comin), Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM), Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (Adimb) e Brazil-Canada Chamber of Commerce (BCCC). Há previsão de novas discussões, mas ainda sem data prevista.

A iniciativa é inédita e se soma às demais ações do MME para alavancar a pesquisa mineral no país e propiciar a descoberta de novos depósitos minerais. O objetivo é possibilitar o apoio de investidores em novos projetos, fortalecendo a cultura de financiamento do setor mineral, com vistas à dinamização da mineração brasileira em número de players e commodities.

A ideia tem como base modelos nacionais e internacionais e compreende quatro frentes de trabalho que visam a difusão e proposição de mecanismos de financiamento; o fortalecimento da cultura de bancos e gestores; apresentação de projetos de investimento; e regularidade e aprimoramento normativo. A proposta é que sejam realizados seminários, estudos e reuniões técnicas para cada frente de trabalho.

As estimativas de investimentos no setor mineral brasileiro para o período 2021-2025 são de US\$ 38 bilhões. Nos últimos anos, foram captados recursos expressivos via IPO (Initial Public Offering, ou “oferta pública inicial, em português) na bolsa nacional, apesar de o financiamento de projetos de pesquisa de pequenas e médias empresas ainda ser um desafio para o setor.

Fonte: MME

Data: 17/08/2021